

Racionalidade organizacional na administração pública de uma instituição educacional e interfaces com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU: análise à luz da teoria crítica

Organizational rationality in the public administration of an educational institution and interfaces with the sustainable development goals of the UN 2030 schedule: analysis in the light of critical theory

Francisco Antonio Barbosa Vidal^{1*} , Raquel da Silva Pereira² , Nonato Assis de Miranda²

¹Instituto Federal do Ceará (IFCE), Departamento de Ensino do Curso de Engenharia de Produção, Caucaia, CE, Brasil.

²Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Programa de Pós-graduação em Administração, São Caetano do Sul, SP, Brasil

COMO CITAR: VIDAL, F.A.B.; PEREIRA, R.S.; MIRANDA, N.A. Racionalidade organizacional na administração pública de uma instituição educacional e interfaces com os objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 da ONU: análise à luz da teoria crítica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 21, e19259, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaae.v21i00.1925901>

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo identificar racionalidades da gestão pública, sob a ótica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino do Ceará e suas interfaces com o processo de alcance dos 17 ODS. A pesquisa se deu sob égides exploratória e descritiva com utilização de métodos mistos. De acordo com a hermenêutica quanti-quali, as ações sociais e ambientais da instituição investigada são facilitadas por práticas vinculadas com maior ênfase à dimensão da racionalidade substantiva, sinalizando potencial latente para apoio formal aos fitos da Agenda 2030.

Palavras-chave: educação; racionalidade organizacional; gestão pública; Agenda 2030.

Abstract

The present research aimed to identify rationalities of public management, from the perspective of Critical Theory, adopted by the Federal Education Network of Ceará and its interfaces with the process of achieving the 17 SDGs. According to quantitative-quali hermeneutics, the social and environmental actions of the investigated institution are facilitated by practices linked with greater emphasis on the dimension of substantive rationality, signaling latent potential for formal support for the goals of the 2030 Schedule.

Keywords: education; organizational rationality; public management; 2030 Schedule.

INTRODUÇÃO

Desde a gênese do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS), em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, que a Organização das Nações Unidas- ONU procura conciliar as visões de ambientalistas e economicistas. A população mundial cresceu numa perspectiva geométrica e o avanço tecnológico, bem como tratados multilaterais, não diminuíram de forma efetiva as desigualdades sociais e desequilíbrios ambientais e climáticos no planeta.

Mais recentemente, no ano de 2015, os 193 países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) elaboraram um planejamento internacional de iniciativas para indivíduos, entidades e nações, com o propósito de possibilitar ao planeta um *habitat* natural e social,

***Autor correspondente:** chicovidal43@gmail.com

Submetido: Abril 25, 2024

Revisado: Janeiro 13, 2026

Aprovado: Janeiro 14, 2026

Fonte de financiamento: Nada a declarar.

Conflitos de interesse: Nada a declarar.

Aprovação do comitê de ética: não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis em repositório.

Trabalho realizado no Instituto Federal do Ceará (IFCE), Caucaia, CE, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

equitativo e sustentável. Foram delineados na época, 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, cuja proposta de consecução dá-se no marco temporal 2015/2030, por intermédio do compromisso dos Estados-membros da ONU de implementarem políticas, projetos e ações de localização nacional, subnacional e local (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2015).

O referido planejamento global foi intitulado Agenda 2030 e contemplou no âmbito de sua plataforma conceitual aspectos fundantes e identitários da gênese do DS: erradicação da pobreza; promoção da saúde e educação; práticas de trabalho decente; combate à degradação ambiental; preservação de ecossistemas; cultura de paz e justiça social (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2017).

O olhar epistêmico do espaço institucional e local coaduna com a análise das articulações realizadas pelo ser humano, onde arranjos espaciais são aportados neste processo. No caso da pesquisa em epígrafe, um dos arranjos é a educação, que pode promover transformações sociais, econômicas e ambientais.

O aspecto metacognitivo do presente estudo está diretamente conectado com os novos arranjos institucionais advindos da territorialização regionalizada da gestão de políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica executada pela Rede Federal de Ensino do Ceará e como a mesma pode se tornar um agente promotor do DS na dinâmica espacial regional, construindo, reconstruindo e influenciando o espaço geográfico e político-econômico de onde se encontra.

A presente pesquisa tem como objetivo identificar racionalidades da gestão pública, sob a ótica da Teoria Crítica, adotadas pela Rede Federal de Ensino do Ceará e suas interfaces com o processo de alcance dos ODS. A pesquisa corrobora para debates ideopolíticos sobre a relação entre sistema político, DS sob égide globalista da Agenda 2030 e interfaces com Ciência. A ambiência do *lôcus* da pesquisa, uma autarquia educacional federal, ente integrante da administração pública indireta, instiga a discussão epistêmica sobre o papel dos Institutos Federais na promoção do DS e interfaces latentes com os 17 ODS da Agenda 2030.

A pesquisa teve como *lôcus* a referida Rede Federal de Ensino nominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), institucionalidade neófito que emergiu do marco normativo preconizado pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, lastreada por lineamentos fundantes diacrônicos de sua gênese, provenientes da Escola Técnica Federal do Ceará e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), com existência secular. O IFCE apresenta configuração acadêmica multicampi e está situado em 33 municípios cearenses abrangendo os 184 municípios do Estado do Ceará, por meio de sua presença nas 14 regiões de Planejamento.

No debate sobre racionalidade organizacional, destaca-se a contribuição de Guerreiro Ramos (1981), que propõe a distinção entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva. Enquanto a racionalidade instrumental orienta-se pela eficiência, pelo controle e pela adequação entre meios e fins, a racionalidade substantiva fundamenta-se em valores, finalidades sociais e no compromisso ético com o bem comum. Para o autor, a predominância da racionalidade instrumental nas organizações modernas tende a subordinar os fins sociais aos imperativos técnicos e econômicos, o que impõe limites à atuação emancipatória das organizações públicas. Essa distinção oferece base analítica relevante para a compreensão das tensões presentes na gestão pública contemporânea, especialmente quando articulada a agendas normativas como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

17 ODS DA AGENDA 2030: DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO PÚBLICA

No Brasil, o Decreto nº 11.397/2023 designou como órgão colegiado da Secretaria-Geral da Presidência da República, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de gestar e mediar a implementação da Agenda 2030 no Brasil (Brasil, 2016).

Foi então criada a Secretaria-Executiva da Comissão ODS, órgão vinculado à Secretaria Geral da Presidência da República, que no Plano Plurianual 2024-2027 enviado ao Congresso Nacional

no dia 30 de agosto de 2023 para aprovação, alinhou os três eixos temáticos de diretrizes governamentais aos 17 ODS com desdobramentos em objetivos e metas: 1) desenvolvimento social e garantia de direitos coadunados aos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11 e 16; 2) desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, combate à fome e redução das desigualdades com vinculação aos ODS 7, 8, 9, 12, 13, 14 e 15; e 3) defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania, atrelada aos ODS 16 e 17 (Brasil, 2023).

De acordo com a pesquisa *Sustainable Development Report 2023 - Implementing the SDG Stimulus/Includes the SDG Index and Dashboards*, o Brasil apresentou, nos últimos anos, baixo comprometimento e desempenho no âmbito dos esforços a serem envidados na consecução dos objetivos da Agenda 2030 (Sachs et al., 2023). A nação brasileira, membro da ONU, apresentou uma única vez o relatório voluntário de desempenho do país no âmbito da Agenda 2030 no ano de 2017, não houve inclusão dos 17 ODS no plano plurianual federal no período 2019 a 2022 e nem no orçamento nacional, bem como monitoramento de performance, e não houve Coordenação pelo Governo Central da Agenda no período de 2019 a 2022. O Brasil ocupa a posição 50 no *ranking* dos 166 países membros da ONU analisados em relação à performance do processo de consecução dos 17 ODS no ano de 2023 (Sachs et al., 2023).

RACIONALIDADE ORGANIZACIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EPISTEMOLOGIA CRÍTICA EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Denhardt e Catlaw (2017) apresentam quatro perspectivas fundantes no delineamento da modelagem funcional da administração pública: modelo racional de políticas, humanismo organizacional, ênfase em política pública, e teoria democrática da organização. Os autores referenciam as pesquisas de Simon realizadas em 1957 (Simon, 1957), que fundamentaram a obra *Administrative Behavior*, que contemplava o delineamento de uma teoria sobre Administração e seu arcabouço organizacional a partir da apreensão de conhecimentos e da hermenêutica da instrumentalidade da vida humana nos espaços das organizações. De acordo com esses autores, a racionalidade se encontra na base da organicidade administrativa. Por intermédio das organizações o pensamento humano racional é estruturado, pois o indivíduo isoladamente possui capacidade limitada de formular e resolver problemas complexos e que institucionalmente agrupado consegue lidar com as questões do mundo social ao redor.

Weber (1967) é considerado o autor seminal a abordar a temática da racionalidade organizacional, ao avaliar instituições burocráticas e a hegemonia, nessa tipologia de organização social, da racionalidade instrumental. Nos anos 1960 e 1970, acentuaram-se as críticas à modelagem estrutural e funcional de organizações lastreadas pela racionalidade instrumental, germinando novos marcos teóricos que defendiam formatos alternativos como a proposição da racionalidade organizacional substantiva (Satow, 1975).

Serva (1997) conceitua a racionalidade instrumental: processo organizacional baseado em aspectos teleológicos (o que se ganha com a implementação de determinada ação), direcionado para a consecução de resultados técnicos ou de propósitos relacionados a valores econômicos ou de força societal, por intermédio da otimização de meios materiais existentes. São variáveis constitutivas da racionalidade instrumental (Serva, 1997, p.22):

- a) **cálculo** – visão utilitária dos atos humanos;
- b) **fins** – resultados tecnicistas, financeiros ou de interesse (incremento de poder);
- c) **maximização dos recursos** – efficientização de processos organizacionais, foco em eficácia sem reflexão ética;
- d) **êxito** – o alcance, em si mesmo, de padrões, níveis, e estágios, situações, que são considerados como vitoriosos em face de processos competitivos numa sociedade capitalista;
- e) **performance** – performance individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade;
- f) **utilidade** – dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado;
- g) **rentabilidade** – medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados;

h) **estratégia interpessoal** - aqui entendida como influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação das reações prováveis desse outrem a determinados estímulos e ações, visando a atingir seus pontos fracos.

Serva (1993) delineou, a partir de estudos epistêmicos empíricos, características das organizações substantivas (Quadro 1).

Quadro 1. Tipologias de marcos caracterizadores das organizações substantivas.

Escopo Conceitual	Características Definidoras
1. Princípios Norteadores	1.1 Há reflexão coletiva sobre o cotidiano da organização 1.2 Prevalência do autocontrole em detrimento de mecanismos formais de controle
2. Relacionamento entre membros da organização	2.1 Relações Interpessoais intensas e fortes 2.2 Elevado grau de afetividade e solidariedade entre os membros da organização
3. Reflexão sobre a Organização	3.1 A reflexão a respeito da organização, seus caminhos, objetivos e práticas, em geral é intensa e coletivizada.
4. Hierarquia	4.1 Estrutura organizacional hierárquica extremamente flexíveis ou inexistentes
5. Critérios para escolha/aceitação dos membros da organização	5.1 Membros identificados com valores e causa maior da organização 5.2 Disponibilidade para realização de tarefas e empatia
6. Veiculação de informações e processos decisórios	6.1 Processo decisório coletivizado 6.2 Comunicação fluida e transparente
7. Remuneração	7.1 Remuneração de acordo com atividade executada e nível de comprometimento com a organização
8. Horário	8.1 Horários de trabalho flexíveis
9. Autoavaliação	9.1 Processos de autoavaliação levam em consideração aspectos Subjetivos. 9.2. O trabalho é realizado com prazer através da satisfação individual e grupal; e a ausência de alienação
10. Aferição do rendimento individual	10.1 Aferido de forma coletiva com espaços para diálogos
11. Expressão Social da Organização	11.1 Ampla divulgação de ideais e valores da organização
12. Satisfação do usuário	12.1 Há necessidade de formas sistemáticas de mensuração da satisfação do usuário
13. Inserção da organização na sociedade	13.1 Interação assertiva com grupos societais

Fonte: a partir de Serva (1993, p.36-43).

De Paula (2015), na sua obra Teoria Crítica nas Organizações, realiza estudos sobre a perspectiva decolonial dos processos de pesquisas identitárias com gênese e aspectos gnosiológicos nacionais na área dos estudos organizacionais críticos.

A construção teórica delineada por De Paula (2015) dialoga com Davel e Alcadipani (2003) e evidenciam três critérios epistêmicos para enquadramento de uma pesquisa na área da Administração como estudo crítico. O primeiro critério evidenciado intitula-se **visão desnaturalizada** e correlaciona-se à relativização da categorização das organizações e que as

mesmas, em conjunto com os esteios teóricos, estão contextualizadas diacronicamente em uma psicofesra sócio-histórica. O questionamento de fatores da vida social nas organizações como exploração, controle e exclusão é evidenciado no âmbito de uma pesquisa organizacional lastreada pela Teoria Crítica. O segundo critério é nominado **desvinculação da performance** e se refere de forma central à variável melhoria de ganhos pecuniários. O terceiro critério categorizado como **intenção emancipatória** aborda modos de exploração, dominação ou controle nos espaços organizacionais durante processo de investigação epistêmica, bem como evidencia em seus objetivos as tratativas de emancipação humana e humanização da organização.

Faria (2007) apresenta categorias denominadoras da **Teoria Crítica**, que é proximal do processo de emancipação humana na sociedade:

- a. Contradições: fenômenos sociais são cambiantes e balizados pelo processo histórico;
- b. Ideologia hegemônica: há poder de superestrutura que reifica o ser humano; ideações de grupos que se sobrepõem na sociedade com fito patrimonialista;
- c. Racionalidades dominantes: manutenção de privilégios de grupos de poder por meio da prática de escamotear a exploração das subjetividades e do trabalho humano;
- d. Contexto social histórico: a compreensão dos fatos sociais dar-se-á pelo processo de contextualização sócio-histórica deles;
- e. Autonomização dos sujeitos: superação da reificação e da alienação por meio da prática ativa societal e política dos indivíduos;
- f. Conscientização individual e coletiva: redes de apoio coletivas potencializam a apreensão crítica da realidade por meio de fóruns de debates e das mediações dialógicas.

PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa configura-se como de Métodos Mistos (Creswell; Clark, 2013), contemplando processo de diagnose da racionalidade organizacional da gestão pública da Rede Federal de Ensino do Ceará e interfaces institucionais no alcance dos ODS da Agenda 2030 da ONU. O presente estudo dialogou no âmbito quantitativo com a utilização de estatística descritiva e com a etapa de pesquisa de natureza qualitativa que, para Creswell (2014), se inicia com pressuposições e utilização de hermenêuticas, que contemplam as visões e compreensões dos sujeitos da pesquisa – individual ou coletivo de uma problemática societal ou humana. Para o autor, a análise qualitativa de dados tanto é indutiva como dedutiva, abrangendo narrativas complexas, interpretações à luz das vozes coletivas reflexionadas pelo pesquisador, fazendo emergir representações da vida social no mundo.

A amostra desta pesquisa que envolve o escopo dos gestores institucionais é caracterizada como não probabilística, onde os pesquisadores contemplaram no processo de investigação dez representantes da população dos dirigentes da Rede Federal de Ensino no âmbito macro, utilizando-se da aplicação de roteiro semiestruturado de entrevista, e 45 gestores, inclusos 17 dirigentes máximos, por meio da aplicação de questionário *on-line* no período entre junho e setembro de 2023. Compuseram o processo da pesquisa nos aspectos em epígrafe, representantes membros da gestão institucional do IFCE (Reitor, Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão de Pessoas, Administração, Diretoria da área de Assistência ao Educando, Diretoria da área de Tecnologia da Informação), Gestores Táticos de áreas sistêmicas dos *campi* e reitoria, Diretores dos *campi*, Gestores de Ensino e de Administração que compõem a Rede Federal de Ensino no Ceará.

No processo qualitativo, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, participaram 10 pessoas (3 do sexo feminino e 7 do sexo masculino). Entre as pessoas entrevistadas, 6 eram dirigentes máximos de nível estratégico dos *campi*, 2 dirigentes titulares de áreas sistêmicas do nível estratégico da reitoria, 1 chefe de departamento da área acadêmica de campus e 1 dirigente substituto de titular de área sistêmica do macropolítico. Todas as pessoas entrevistadas eram agentes públicos de carreira e foram identificadas por codificações (PE1, PE2, PE3... PE10), de modo a preservar suas identidades.

O processo de diagnose qualitativa da racionalidade organizacional da gestão pública do IFCE e contribuições com os ODS foi balizado de acordo com as perspectivas diacrônica e sincrônica do campo institucional instituído (dinâmicas educacional e política) sob égide da Análise Crítica do Discurso (Magalhães; Martins; Resende, 2020).

Magalhães, Martins e Resende (2020) defendem que a Análise Crítica do Discurso (ACD) se situa epistemologicamente na perspectiva dos estudos críticos que abordam mudança social na modernidade intitulada posterior, havendo uma demanda emergente de teorização e anamnese crítica e social do novo mundo, bem como produção científica de alternativas emancipatórias. Os autores diferenciam discurso de texto, enquanto o primeiro corresponde à linguagem em uso como prática da vida social, como exemplo o discurso da inclusão social, o segundo se configura como enunciados orais ou documentos escritos (fala, escrita, imagem), materialidades discursivas emergentes das sociabilidades e interações sociais (Magalhães; Martins; Resende, 2020).

A ACD possibilita o desvelar social dos fenômenos da realidade a partir dos processos interpretativos integrados ao contexto sociopolítico, numa óptica intertextual e de retextualização. O sujeito pesquisador, utilizando-se da ACD, identifica relações de dominação, opressão e de ampliação de hierarquias sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Federal de Ensino no Brasil se caracteriza como institucionalidade fundante da política pública nacional de Educação Profissional e Tecnológica e é constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), CEFETES, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Colégio Pedro II, totalizando 38 instituições e 661 *campi*, com oferta de cursos de educação profissional, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação. Esses níveis de ensino demonstram as características dos IFs com a oferta da educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.

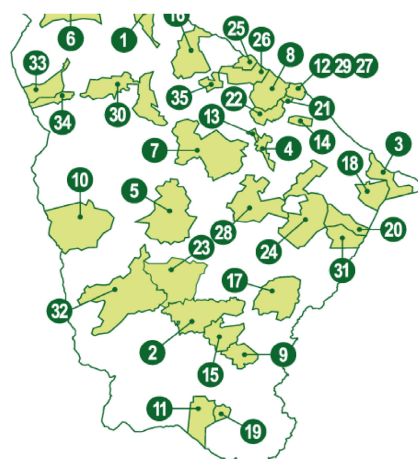
Os IFs foram normativamente constituídos pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). São entes educacionais atuantes nos níveis de ensino superior, básico e profissional, com personalidade jurídica autárquica, financeiramente, administrativamente e academicamente autonomizada.

O Instituto Federal do Ceará (IFCE), em 2022, foi o segundo maior orçamento aportado da Rede Federal de Ensino do Brasil (Brasil, 2022) com valor de R\$860.860.524,00. É constituído por 33 *campi* e no ano de 2023 (posição mês de abril) por 3.705 servidores ativos (59,3% do sexo masculino e 40,7% do sexo feminino), sendo 2.101 docentes, 1.604 técnicos administrativos, 30.564 alunos matriculados em 33 unidades, 619 cursos nas modalidades Ensino Básico (cursos de formação inicial e continuada), cursos Técnicos, Graduação e Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado) (Sistema Integrado de Protocolo Pagamento e Gestão IFCE, 2022).

Os *campi* do IFCE estão situados em 33 cidades, contempladas pelas 14 Regiões de Planejamento categorizadas pelo Governo Estadual (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2020). Por sua vez, a Figura 1 evidencia que os *campi* do IFCE estão presentes em 17,93% dos 184 municípios do Ceará e nas 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará. 21,21% dos *campi* do IFCE estão situados na Região Metropolitana de Fortaleza e 78,78% estão localizados no interior do Estado do Ceará contribuindo para mitigação do modelo macrocefálico de desenvolvimento característico na região Nordeste de concentração do Produto Interno Bruto (PIB) nas capitais e regiões metropolitanas.

A expansão dos IFs no interior do Estado do Ceará, fruto também de mediações políticas, mas procurando integrar-se aos processos sociais, requer reflexões axiológicas e praxiológicas dos processos educacionais. De acordo com o Regimento Interno do IFCE, as unidades que formam a estrutura administrativa do IFCE são definidas da seguinte maneira:

1. O **Conselho Superior**, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE;
2. O **Colégio de Dirigentes**, de caráter consultivo, é o órgão de apoio às decisões da Reitoria;
3. A **Pró-Reitoria de Ensino** tem como objetivos planejar, executar e acompanhar as políticas de ensino;



01 – Acaraú	10 – Crateús	19 - Juazeiro do Norte	28 - Quixadá
02 – Acopiara	11 – Crato	20 - Limoeiro do Norte	29 - Reitoria
03 – Aracati	12 – Fortaleza	21 – Maracanaú	30 – Sobral
04 – Baturité	13 - Guaramiranga	22 – Maranguape	31 - Tabuleiro do Norte
05 - Boa Viagem	14 – Horizonte	23 – Mombaça	32 – Tauá
06 – Camocim	15 – Iguatu	24 - Morada Nova	33 - Tianguá
07 – Canindé	16 – Itapipoca	25 – Paracuru	34 - Ubajara
08 – Caucaia	17 – Jaguaribe	26 – Pecém	35 - Umirim
09 – Cedro	18 - Jaguaruana	27 - Polo de Inovação Fortaleza	

Figura 1. Mapa dos municípios nos quais os campi foram instalados.

Fonte: Elaborado a partir de Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2020) e Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (2023).

4. A **Pró-Reitoria de Extensão** tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de extensão e formular diretrizes;
5. A **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação** é o órgão responsável pela condução da pesquisa, pós-graduação e da inovação tecnológica no IFCE, em consonância com os princípios estatutários e regimentais;
6. A **Pró-Reitoria de Administração e Planejamento** é o órgão responsável pelas políticas administrativas e de planejamento do IFCE;
7. A **Pró-Reitoria da Gestão de Pessoas** é um órgão seccional do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, atuando como órgão de assessoramento na área da gestão de pessoas do IFCE;
8. As **Diretorias Sistêmicas**, administradas por diretores designados pelo reitor, são órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e atividades na sua área de atuação (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, 2022).

ANÁLISE QUANTITATIVA DA PESQUISA

No âmbito da prospecção quantitativa da presente pesquisa, no tocante ao conhecimento dos 45 gestores partícipes da amostra, sobre os 17 ODS, os resultados são apresentados a seguir. Em relação à inquirição posta “Você havia ouvido falar sobre os 17 ODS da Agenda 2030?” (Tabela 1), dentre os 45 gestores partícipes, observou-se que 80% respondeu “Sim” e 20% respondeu “Não”.

Dentre os 21 dirigentes estratégicos partícipes da pesquisa (Tabela 2), 66,7% apontou nível de conhecimento sobre os ODS entre Ruim e Regular e 33,3% entre Bom e Muito Bom, com média 3,10 e moda 3 (valor mais frequente), sinalizando que neste segmento, o nível de conhecimento é regular.

Dentre os 45 gestores partícipes (Tabela 3), no tocante ao conhecimento sobre os ODS, 15,6% considerou “Muito Ruim”, 15,6% “Ruim”, 33,3% “Regular”, 28,9% “Bom” e 6,7% “Muito Bom”, sendo o valor médio de 2,96 proximal do conceito 3, ratificado pelo valor da Moda igual a 3 (valor mais frequente), evidenciando neste segmento que o conhecimento é regular.

Tabela 1. Conhecimento prévio dos gestores sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

	Frequência	Porcentagem	%
Não	9	20,0	20,0
Sim	36	80,0	80,0
Total	45	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2. Nível de conhecimento dos dirigentes estratégicos sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nível de conhecimento	Frequência	%
2	6	28,6
3	8	38,1
4	6	28,6
5	1	4,8
Total	21	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

1 = Muito Ruim; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

Tabela 3. Nível de conhecimento dos gestores sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

	Frequência	%
1	7	15,6
2	7	31,1
3	15	33,3
4	13	28,9
5	3	6,7
Total	45	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

1 = Muito Ruim; 2 = Ruim; 3 = Regular; 4 = Bom; 5 = Muito Bom.

No âmbito global da amostra, há um nível de conhecimento regular sobre os preceitos dos 17 ODS, fator este que pode estar interligado à ausência de uma assunção deliberada pelo IFCE de apoio à Agenda 2030 na época da pesquisa.

No âmbito da temática da racionalidade organizacional em interface com aspectos ideopolíticos, houve questionamentos realizados junto aos 45 gestores sobre posicionamentos referentes às práticas de administração pública coadunadas com processos organizacionais com alternativas de respostas sob égide da racionalidade substantiva e da racionalidade instrumental (Quadro 2).

A **dimensão racionalidade substantiva** apresentou 15 categorias com média de 21,5 menções cada e a dimensão racionalidade instrumental 19 categorias com média de 10,7 menções. As duas categorias com mais menções no âmbito dessa dimensão foram: solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo, com 34 menções, relacionada ao processo organizacional finalidade das ações ambientais e, com 29 menções, há participação e consenso de ideias vinculadas ao processo hierarquia e normas. As duas categorias com menos menções no âmbito da mesma dimensão foram: incentivo ao potencial do colaborador buscando a

Quadro 2. Comparativo de Marcação Racionalidade Substantiva x Racionalidade Instrumental.

Práticas- Chave Organizacionais	Categorias Racionalidade Substantiva N=45	Categorias Racionalidade Instrumental N=45
1. Hierarquia e Normas	Comunicação aberta: 21 gestores (46,6%). Há participação e consenso de ideias: 29 gestores (64,4%).	Metas de natureza técnica, econômica ou política: 26 gestores (57,7%). Performance individual elevada na realização de atividades: 16 gestores (35,6%). Há influência planejada sobre outrem: 9 gestores (20,0%).
2. Objetivos e Valores Organizacionais	Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação: 18 gestores (40,0%). Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 27 gestores (60,0%). Há participação e consenso de ideias: 21 gestores (46,7%).	Metas de natureza técnica, econômica ou política: 9 gestores (20,0%). Interesse econômico predominante: 5 gestores (11,0%).
3. Processo Decisório	Comunicação aberta: 25 gestores (55,6%). Há participação e consenso de ideias: 22 gestores (48,9%).	Interesse econômico predominante: 5 gestores (11,0%). Mensuração quantitativa das consequências dos atos humanos: 13 gestores (28,9%). Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 8 gestores (17,8%).
4. Controle Institucional	Comunicação aberta: 25 gestores (55,6%).	Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 8 gestores (17,8%). Performance individual elevada na realização de atividades: 16 gestores (35,6%). Há influência planejada sobre outrem: 13 gestores (28,9%).
5. Divisão do Trabalho	Incentivo ao potencial do colaborador buscando a sua satisfação: 21 gestores (46,7%). Comunicação aberta: 21 gestores (46,7%). Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações: 18 gestores (40,0%).	Busca da eficiência e eficácias máximas, sem questionamento ético no tratamento de recursos disponíveis: 6 gestores (13,3%). Performance individual elevada na realização de atividades: 18 gestores (40,0%). Interesse econômico predominante: 2 gestores (4,4%).
6. Comunicação e as relações interpessoais	Integridade, honestidade, e franqueza dos indivíduos nos relacionamentos e interações: 24 gestores (53,3%). Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 22 gestores (48,9%). Condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações: 24 gestores (53,3%).	Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista: 5 gestores (11,1%). Há influência planejada sobre outrem: 9 gestores (20,0%). Performance individual elevada na realização de atividades: 14 gestores (31,1%).
7. Finalidade das ações sociais e ambientais	Solidariedade, liberdade, comprometimento, bem-estar coletivo: 34 gestores (75,6%).	Níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista: 9 gestores (20,0%). Metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder): 13 gestores (28,9%).

Fonte: Dados da pesquisa (2025)

sua satisfação, com 18 menções vinculadas ao processo organizacional, objetivos e valores organizacionais e, também com 18 menções, condições plenas dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, vinculada ao processo organizacional divisão do trabalho.

As duas categorias com mais menções no âmbito da **dimensão racionalidade instrumental** foram: metas de natureza técnica, econômica ou política, com 26 menções, relacionada ao processo organizacional hierarquia e normas e, com 18 menções performance individual elevada na realização de atividades vinculadas ao processo organizacional divisão do trabalho. As duas categorias com menos menções no âmbito dessa dimensão racionalidade instrumental foram: interesse econômico predominante, com 2 menções vinculada ao

processo organizacional divisão do trabalho e, níveis de resultados considerados vitoriosos de acordo com processos competitivos numa sociedade capitalista com 5 menções, vinculada ao processo organizacional comunicação e as relações interpessoais.

Para Serva (1997), a racionalidade instrumental caracteriza-se pela existência de processos organizacionais baseados em aspectos teleológicos (o que se ganha com a implementação de determinada ação), direcionado para a consecução de resultados técnicos. Serva (1993) defende que há racionalidade substantiva na ambiência organizacional quando existem reflexão coletiva sobre o cotidiano da instituição, prevalência do autocontrole em detrimento de mecanismos formais de controle, respeito, relações interpessoais intensas e fortes elevado grau de afetividade e solidariedade entre os membros da organização. A partir das respostas dos 45 gestores do IFCE no quadro amostral, percebeu-se que há coexistência das duas racionalidades na vida social da instituição com prevalência relativizada *a priori* da racionalidade substantiva, observando que em média as menções por categoria neste escopo foram de 46,7% dos respondentes, menor então que 50,0%. A questão da presente pesquisa está coadunada com o processo de identificação das racionalidades mencionadas no espaço organizacional, compreendendo que a interface da gestão pública com respeito a direitos humanos, inclusão social, sustentabilidade ambiental e responsividade pública mais se aproxima da racionalidade substantiva, consequentemente do propósito de transformação societal preconizado pela Agenda 2030 e seus 17 Objetivos.

ANÁLISE QUALITATIVA DA PESQUISA

No âmbito do Construto Agenda 2030 e os 17 ODS, houve evidências efetivas de correlação dos relatos e falas das pessoas entrevistadas com a temática, percebendo haver diferentes visões do coletivo constituído no primeiro *corpus* textual delineado por 3 gestores do total de 10 partícipes, lastreado por marcadores-chave no processo de hermenêutica.

[...] Mas há um fio condutor que une o acasalamento de borboleta, atracação de navio e, nesse sentido, a extensão da IES é o tempo em que ela é múltipla, a ponto de manhã, você está numa reunião sobre absorventes ecológicos e a tarde você está discutindo sobre dessalinizadores. Parece que não tem nenhuma relação, não é? Mas o que une essas 2 tecnologias é exatamente o fazer extensionista. É um grupo de pesquisadores e pesquisadoras, docentes, técnicos e técnicas e estudantes que se atreveram, que eu acho que é um atrevimento, um bom atrevimento e resistência. (PE1)

[...] 13º curso é o nosso mestrado acadêmico em energias renováveis[...]O campus está situado em um robusto distrito industrial. Ano passado, inclusive, em novembro do ano passado aconteceu na Federação das Indústrias, na Fiec, o lançamento do HUB ODS. E durante o evento a gente viu a apresentação por parte de algumas empresas que estão no distrito, sobre o cumprimento da agenda 2030 como é o caso da Solar e M. Dias Branco. Não dá mais para a gente trabalhar sem estarmos atentos. O próprio ESG, né, que diz respeito a essa questão da Governança, Social, Ambiental e Social. É um tema transversal [...] A nossa instituição, mais especificamente a que eu dirijo não tem como dissociar. (PE5)

Inclusive, nós participamos recentemente do Fórum de Educação do campo o FORCAMPO, do qual nós participamos, que reúne todos os Campi agrícolas da Rede Federal de Educação do Brasil [...] foi justamente trazer para nosso desafio, enquanto instituição de ciência e tecnologia de intervenção nessa realidade que se aproxima, né? Com essas previsões assim, bem preocupantes. Inclusive das visões de que tenhamos aí uma população mundial alcançando os 10 bilhões de pessoas e que uma hora a gente não vai ter energia suficiente, seja para alimentar as pessoas, seja para dar a condição de sobrevivência, né? Então tem sido essa preocupação também da Rede Federal. Inclusive essa semana nós tivemos o terceiro encontro da Agroindústria no município [...] que trouxe uma temática extremamente salutar para esse momento, né? É de discussão mundial que foi a produção de alimentos e sustentabilidade. (PE4)

A partir de estudos do discurso da Teoria Crítica, os elementos teóricos-epistemológicos apreendidos do *corpus* textual acima evidenciado, do compêndio *a priori* dos repertórios orais proferidos pelas 10 lideranças partícipes e sob contexto do campo dos Estudos Organizacionais Críticos, identificou-se recortes textuais balizados pelas seguintes premissas interpretativas: 1) **Vetor zona paradigmática** - existem práticas relacionadas à Agenda 2030, mas inexistente na Instituição uma Diretriz Política; 2) **Vetor reflexão sobre o ser** - percebe-se a vinculação no âmbito da individuação de algumas pessoas entrevistadas com a temática do desenvolvimento sustentável; 3) **Vetor gnosiologia sócio-histórica e práxis social** - os problemas de corrupção, descontinuidade de líderes e políticas conservadoras adotadas pelo Ministério da Educação no período 2019 a 2022 possam ter embarreirado ações mais concretas da Instituição investigada que se situa no ambiente micropolítico; 4) **Vetor mediação sujeito-objeto** - identificação de sentimentos de pertencimento das lideranças entrevistadas e de validação em relação à Agenda 2030.

As sugestões apresentadas pelas pessoas gestoras respondentes referentes a compromissos institucionais da Rede Federal do Ceará com a Agenda 2030 perpassam pelos processos finalísticos do ensino, pesquisa e extensão e apresentam a necessidade de uma aproximação mais efetiva e solidária com a sociedade local e territórios regionalizadas abrangidos pelos 33 *campi* integrantes. Percebeu-se também no processo de perscrutação qualitativa que existem dificuldades estruturais e ideopolíticas referentes à efetiva localização dos ODS na agenda institucional, devido ao desconhecimento de muitos atores públicos sobre políticas da Agenda 2030, além dos problemas remanescentes de uma sociedade politicamente polarizada no País. No tocante aos ODS 1, 2 e 10, a visão da maioria dos gestores respondentes concordam que o IFCE contribui de forma efetiva para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, mas que no âmbito da gestão da política da assistência estudantil, no que se refere ao fornecimento de refeições e lanches para os estudantes bem como auxílios sociais, no ano 2023 houve uma diminuição significativa do orçamento destinado à essa rubrica, gerando sérias preocupações em relação à precarização em curso deste serviço em perspectiva universal.

[...] E a gente é trabalha nessa perspectiva de que o orçamento da assistência estudantil não é suficiente para atender as demandas dos nossos estudantes[...] e os auxílios. A Instituição não consegue ter um valor também que seja suficiente para suprir a necessidade. (PE6)

[...] É uma fonte de investimento na assistência estudantil de forma mais massiva. Porque a gente precisa para combater a vulnerabilidade social e a gente nem é um setor de assistência social, não, mas a gente precisa enquanto sistema de educação também pegar essa luta de combate à vulnerabilidade social. (PE7)

[...] Mas contribui de uma forma, quando a gente vai falar agora com relação à questão orçamentária, porque dentro da assistência estudantil, né? A instituição fornece e promove esse auxílio. A instituição não tem capacidade de fomentar adequadamente, né? É, que possa atender à totalidade dos nossos estudantes, tendo em visto que grande parte eu falo aqui. Em torno de 80 a 85 por cento do nosso alunado, eles estão enquadrados dentro da situação de vulnerabilidade social e que esse recurso ele não é suficiente para atender a todos. (PE2)

Constatou-se a partir das sequenciais discursivas do *corpus* acima evidenciado, o reducionismo orçamentário no âmbito das políticas sociais da instituição que são essenciais para a permanência e êxito dos educandos em situação de vulnerabilidade social. E como desvelar este fenômeno de declínio nos aportes orçamentários em gastos primários que são atrelados aos serviços públicos essenciais como educação e saúde, prejudicando os mais pobres e a classe trabalhadora? Faria (2007) apresenta categorias da Teoria Crítica e dentre elas a racionalidade dominante, isto é, a manutenção de privilégios de grupos de poder através da prática de escamotear a exploração das subjetividades e do trabalho humano e, o contexto social histórico: a compreensão dos fatos sociais dar-se-á através de um processo de contextualização sócio-histórica dos mesmos.

Identificou-se, a partir de sinalizações de repertórios textuais das pessoas gestoras perscrutadas, que as disfuncionalidades da gestão pública podem estar atreladas ao modo de condução da racionalidade instrumental e em termos de responsividade e gestão democrática a instituição investigada apresenta um dever de melhorias significativas neste aspecto. Outro aspecto a ser comentado é o corte orçamentário severo experienciado pelos IFs no período 2019 a 2023, limitando a atuação pública em diversos territórios.

Partindo de uma anamnese reflexiva, a ambiência institucional do IFCE configura-se como um sistema político balizado por uma arquitetura de gestão plural e contraditória, com a existência de movimentos internos antagônicos e convergentes, replicando no micropolítico a ambiência macropolítica de Brasília. A democracia representativa requer aparatos de agenda de interesses dos *stakeholders* da instituição. O modelo de gestão abraça a tecnoburocracia ao mesmo tempo que coexiste com a liberdade de pensamento e de expressão, apesar das opressões superpostas tangenciarem as bordas periféricas institucionais a partir do poder centralizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em diálogo com a literatura mobilizada, a presente pesquisa buscou analisar as racionalidades organizacionais que orientam a gestão pública da instituição investigada, articulando métodos quantitativos e qualitativos à luz da Teoria Crítica e da Análise Crítica do Discurso. A adoção de métodos mistos permitiu evidenciar tanto tendências gerais de posicionamento das pessoas gestoras quanto sentidos mais profundos atribuídos às práticas organizacionais no cotidiano institucional.

Os resultados revelam a coexistência de racionalidades distintas no interior da organização, expressa em posicionamentos por vezes paradoxais entre os dados quantitativos e qualitativos. Enquanto a análise quantitativa indicou, de forma predominante, a adesão a valores associados à racionalidade substantiva, como compromisso social, ações socioambientais e alinhamento normativo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os dados qualitativos evidenciaram a centralidade de práticas marcadas pela racionalidade instrumental, especialmente no que se refere à tecnoburocracia, ao legalismo e ao controle dos processos decisórios.

A discussão sobre racionalidade organizacional é aprofundada a partir da contribuição de Guerreiro Ramos (1981), que distingue a racionalidade instrumental, orientada pela eficiência, pelo controle e pela adequação meios-fins, da racionalidade substantiva, fundamentada em valores, finalidades sociais e no compromisso ético com o bem comum. Para o autor, a predominância da racionalidade instrumental nas organizações modernas tende a subordinar os fins sociais aos imperativos técnicos e econômicos, o que impõe limites à atuação emancipatória das organizações públicas.

Sob a perspectiva da Teoria Crítica, essa contradição não deve ser interpretada como mera disfunção organizacional, mas como expressão das tensões estruturais entre demandas de eficiência administrativa, controle institucional e compromissos normativos voltados à justiça social, à sustentabilidade e à geração de valor público. No caso analisado, as ações sociais e ambientais indicam potencial institucional para o alinhamento substantivo à Agenda 2030; contudo, sua efetivação depende da superação de práticas excessivamente instrumentalizadas que tendem a reduzir os ODS a dispositivos formais de gestão.

Nesse sentido, a pesquisa evidencia que o papel do Estado na mitigação das assimetrias sociais e regionais exige mais do que a incorporação discursiva de agendas globais: requer a consolidação de uma racionalidade organizacional substantiva, capaz de orientar decisões públicas a partir de valores democráticos, éticos e emancipatórios. Tal perspectiva reforça a necessidade de processos formativos e institucionais que promovam a reflexão crítica dos sujeitos organizacionais, contribuindo para a construção de práticas de gestão pública comprometidas com o desenvolvimento sustentável inclusivo e com a efetiva geração de valor público.

AGRADECIMENTOS

Ao Reitor do IFCE, professor José Wally Menezes pelo apoio e parceria.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.892, de 20 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016. Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial da União**: Brasília, n. 209, p. 1, 31 out. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8892.htm. Acesso em: 22 mai. 2023.
- BRASIL. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília: Ministério da Educação, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- BRASIL. Decreto presidencial nº 11.397 de 21 de janeiro de 2023. Altera o Decreto nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, n. 15, p. 12, 21 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11397.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.397%2C%20DE%2021%20DE%20JANEIRO%20DE%202023&text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%2011.363,Geral%20da%20Presid%C3%Aancia%20da%20Rep%C3%ABlica. Acesso em: 22 mai. 2023.
- CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.
- CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **RAE**, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003. <http://doi.org/10.1590/S0034-75902003000400006>.
- DE PAULA, A. P. **Repensando os estudos organizacionais**: por uma nova teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DENHARDT, R. B.; CATLAW, T. J. **Teorias da Administração Pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- FARIA, J. H. **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM). Fortaleza: IPECE, 2020. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2020/12/IDM_2018.pdf. Acesso em: 19 ago. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Integridade (2022 – 2024)**. Fortaleza: IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle/PlanodeIntegridadeIFCE20222024versofinal.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **IFCE em Números 2023**. 2023. Disponível em: <http://ifceemnumeros.ifce.edu.br>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora UnB, 2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Documentos temáticos**: objetivos de desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 5, 9, 14. Brasília: ONU, 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos--ods-1--2--3--5--9--14.html>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando nosso mundo**: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: ONU; Governo Federal, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 1 fev. 2021.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- SACHS, J. D. et al. **Sustainable Development Report 2023**: Implementing the SDG Stimulus. Dublin: Dublin University Press, 2023. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopmentreport/2023/2023-sustainable-development-report.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- SATOW, R. L. Value-rational authority and professional organizations: Weber's missing type. **Administrative Science Quarterly**, v. 20, n. 4, p. 526, 1975. <http://doi.org/10.2307/2392020>.
- SERVA, M. O fenômeno das organizações substantivas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 33, n. 2, 1993. Disponível em: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-33-num-2-ano-1993-nid-44287>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **RAE**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997. <http://doi.org/10.1590/S0034-75901997000200003>.
- SIMON, H. A. **Administrative behavior**. Stuttgart: The Macmillan Company, 1957.

SISTEMA INTEGRADO DE PROTOCOLO PAGAMENTO E GESTÃO IFCE. **Dados funcionais do IFCE**. 2022. Disponível em: <https://sippag-web.ifce.edu.br>. Acesso em: 20 ago. 2022.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.

Contribuições dos autores

FABV: Conceitualização (idealização do estudo, definição de perguntas e objetivos), Análise de dados (interpretação dos resultados e atribuição de significado a partir de quadros teóricos pré-determinados), Metodologia (delineamento metodológico da pesquisa), Escrita (redação do manuscrito original). RSP: Administração do projeto (orientação). NAM: Revisão (revisão crítica do manuscrito original e aprovação da versão a ser submetida).

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editora Adjunta Executiva: Profa. Dra. Flavia Maria Uehar